



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e  
Mar,  
Deputado Vasco Cunha

### **Requerimento**

#### **Assunto: Vindima 2011 na Região Demarcada do Douro**

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foram informados, por Comunicado do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP, de que seria fixado em 85.000 pipas de 550 litros o quantitativo de mosto a beneficiar na vindima de 2011, facto de que resultaram inúmeros protestos dos vinicultores daquela região, e que culminaram numa grande manifestação, havida no passado dia 31 de Agosto.

Com efeito, a diminuição do benefício no vinho do Douro de 110.000 pipas para 85.000, cifrando-se num drástico corte que afecta os pequenos e médios vinicultores, vem acrescer ao ambiente depressivo que já se vive naquela região demarcada, e que merece uma análise atenta por parte da Comissão de Agricultura e Mar.

O fundamento para tal decisão assenta na circunstância de a actividade económica global estar a ser afectada pela crise das dívidas soberanas, de, no 1.º semestre do corrente ano de 2011, se ter assistido a uma quebra nos valores totais de comercialização relativamente a 2010 (cerca de -9.2%), em litros, e, nos últimos meses (total anual móvel), a evolução ser também negativa (neste caso, em cerca de - 3.7%), cientes ainda do facto de a evolução das economias dos principais países consumidores de vinhos do Porto e Douro estar a ser muito difícil, com crescimentos mínimos de 1 a 2%, o que permitiu, ao Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P., concluir pela inexistência, para a actual vindima, de grandes expectativas de consumo.

Apesar das previsões de colheita apontarem para uma produção global na vindima de 2011 entre 220.000 a 260.000 pipas de mosto, aquele Instituto – que vive, actualmente, momentos de grande agitação interna, cujas causas importa também aferir – decidiu que, em prol da protecção da denominação de origem demarcada, e face à impossibilidade legal de fixar preços ou de o Estado fazer intervenções retirando vinhos à produção (ou, até, utilizar quaisquer mecanismos que distorça, o princípio da livre

<b>ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA</b>	
Divisão de Apoio às Comissões	
<b>CAM</b>	
Nº Único	<u>405780</u>
Entrada/Saida nº	<u>72</u> Data <u>06/09/2011</u>

concorrência), fixar em 85.000 pipas o quantitativo de mosto a beneficiar, o que mereceu os mais veementes protestos da comunidade vitivinícola.

Neste sentido, porque aquele corte no benefício vem afectar os milhares de pequenos e médios vinicultores, e todo o sector económico a eles associado, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista consideram fundamental ouvir as entidades que os representam no Conselho Interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P., o órgão de representação paritária da produção e do comércio dos vinhos da Região Demarcada do Douro, que assegura não só a defesa do interesse público associado à denominação de origem demarcada, mas, também, a defesa da qualidade, da segurança alimentar e da garantia de concorrência leal, urge auscultar as entidades ali representadas,

**Face ao exposto, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Agricultura e Mar vêm requerer uma audição às seguintes entidades:**

- . Casa do Douro;
- . UNIDOURO – União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro, CRL.;
- . AVEPOD – Associação de Viticultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro;
- . AEVP – Associação de Exportadores do Vinho do Porto.

Palácio de São Bento, 6 de Setembro de 2011

Os Deputados do Partido Socialista,

Acácio Pinto  
Fernando Jesus  
Isabel Santos  
Jorge Fão  
Manuel Seabra  
Miguel Freitas  
Renato Sampaio  
Rosa Maria Albernaz